



TÉCNICAS TRADICIONAIS AGRÍCOLAS NAS UNIDADES PRODUTIVAS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SÃO CRISTÓVÃO (SÃO MATEUS-ES)

¹**Josiléia dos Santos do Nascimento**

²**Josiléi dos Santos do Nascimento**

RESUMO

Os quilombos constituídos pelos ancestrais africanos, lutando contra as opressões, viviam de acordo com sua cultura africana, plantando e produzindo coletivamente, em grupos na comunidade. A resistência se mantém na memória das pessoas que viveram e vivem no coletivo. Os residentes no território quilombola constroem um modo próprio e apropriado na formação do trabalho dentro da comunidade, que se assenta nos saberes entre laços de parentesco, em que todos fazem parte de um conjunto familiar. Neste artigo, sucintamos as práticas tradicionais dos remanescentes quilombolas em suas unidades produtivas que estiveram presentes no cotidiano em antepassados e mantemos no presente. Ocorreram mudanças em relação aos saberes tradicionais nas práticas de cultivo em terras de uso comum, envolvendo os trabalhos exercidos pelas famílias, mantendo os meses de plantio e colheita, seguindo as estações climáticas para fazer suas plantações, em que trabalhou em organização coletiva, distribuindo o que colhiam em trocas e ajudas entre irmãos no território. Estas experiências foram herdadas dos ancestrais, de forma que as famílias reforçam a importância da permanência desse legado em nossa realidade. O presente artigo tem como o objetivo estudar os saberes e técnicas tradicionais agrícola na comunidade quilombola de São Cristóvão, no sentido de promover ações para trabalhar as práticas tradicionais em unidades produtivas, organizando em uma área da comunidade, plantio de cultura anuais (amendoim e feijão consorciado com o milho) continuando a prática dos saberes tradicionais na comunidade.

INTRODUÇÃO:

Os camponeses referidos neste estudo, são quilombolas da região do Sapê do Norte, localizam-se às margens do rio Cricaré, no município de São Mateus, no norte do Espírito Santo. Estão organizados dentro da comunidade São Cristóvão que unidas por laços de parentesco e compadrio se organizaram no território em que os terrenos são

¹ Quilombola do quilombo São Cristóvão no norte do Espírito Santo, agricultora, produtora cultural, projetista cultural, atuante na cultura quilombola, membra da Associação de mulheres jongueiras quilombolas de São Cristóvão e na associação do quilombo São Cristóvão. Graduada em ciências da natureza no curso de licenciatura em educação do campo-UFES/São Mateus. Atualmente cursar a segunda graduação em ciências humanas e sociais no mesmo curso e Mestranda no curso de Ensino e Relações Étnicas raciais na UFSB.

² Quilombola da comunidade de São Cristóvão região norte do Espírito Santo, agricultor graduado em ciências Naturais no curso de licenciatura da educação do campo-UFES/São Mateus, graduando no curso de Agronomia na multivix e membro da Associação quilombola do quilombo São Cristóvão.



divididos em sítios familiares. A comunidade remanescente de quilombo, formada por afrodescendentes, é referência pela riqueza dos saberes tradicionais herdados dos seus ancestrais em relação aos aspectos produtivos, culturais, sociais, naturais e econômicos.

Virava “Calhambola” o escravo que fugia do cativoiro e se escondia no mato; num mato não muito distante dos espaços urbanos, onde os “calhambolas” mantinham sua sustentação por meio da agricultura, da pesca, da caça, e da coleta-atividades complementadas pelos saques realizados nas fazendas e vilas, que tanto serviam à própria subsistência quanto à comercialização” (FERREIRA, 2016, p.149).

As práticas e técnicas de saberes tradicionais importantes nos aspectos que acompanham as experiências das famílias camponesas em sua realidade, na tradicionalidade dentro das unidades produtivas, em que as famílias consiste em convivência do respeito em relação à natureza, cuidado com o cultivo agrícola, com técnicas orgânicas para obtenção de produção com qualidade, favorecendo o enriquecimento da cultura camponesa, ao mesmo tempo que sustenta e preserva o modo de vida de maneira saudável dentro do território.

[...] No Sapê do Norte, os saberes criados ao longo das gerações familiares das comunidades negras rurais são fartos e testemunham sua longa história nesse território: Saberes acerca das melhores formas de uso da natureza; categorias próprias de linguagem; referências de orientação no espaço-tempo, a fim de melhor orientar suas atividades produtivas na agricultura, criação de animais e na prática extrativistas; referência para orientar no deslocamento pelo território; práticas de cooperação; rica produção culinária a partir dos derivado da mandioca; saberes de cura e parto, que envolvem o aproveitamento de plantas e animais, associados à religiosidade; rituais próprios de devoção, que envolvem elementos religiosos de matriz africana, combinados com elementos de cunho cristão e que, em grande parte, são acompanhados por manifestações culturais artísticas e festivas (FERREIRA, 2016, p.150).

Os aspectos memoriscos apontados pelos mais velhos do quilombo retornam aos tempos da escravidão, quando de algum lugar da África seus ancestrais chegavam ao porto de São Mateus, para trabalharem como escravizados nas fazendas produtoras de farinha de mandioca. Isto implica em recordar a história reproduzida como localização de onde seu povo veio e para qual finalidade foi trazido ao Brasil. Essa memória transita pela região do Sapê do Norte, onde durante o escravismo e após sua abolição, em 1888, os negros se organizavam nos quilombos em busca de sua sobrevivência: “O quilombo se configurava como este espaço apropriado, onde após o fim da escravidão e a



desagregação econômica das fazendas escravocratas, passaram a se constituir enquanto campesinato” (FERREIRA, 2011, p. 1). O artigo está organizado em 4 momentos. Primeiro momento: conhecemos um pouco sobre a formação do quilombo estudado; Segundo momento: trabalhamos o conceito da identidade quilombola; Terceiro momento: discorremos sobre as práticas ancestrais e tradicionais da agricultura no território quilombola de São Cristóvão; Quarto momento: Considerações Finais. Usamos como metodologia pesquisa ação onde os sujeitos estão ativos nesse estudo com a contribuição das vozes e os mutirões realizados no quilombo. Esse trabalho consiste em contribuir para análise dos conhecimentos produzidos por nosso povo e ao mesmo tempo que esses saberes sejam apropriados como fonte da identidade negra nesse território, essas vivências contribuem para o ensino e aprendizagem dos sujeitos em função da afirmação e apropriação da identidade quilombola.

QUILOMBOS

A origem dos quilombos perpassa as fronteiras brasileiras, tendo denominações diferentes, mas com a mesma finalidade de libertar-se da escravidão, onde a tortura era utilizada como controle dos negros para que servissem de mão de obra nas atividades agrícolas do sistema escravocrata. Os primeiros africanos vindos para as Américas contribuíram obrigatoriamente para o desenvolvimento econômico das colônias e foram adaptados ao novo mundo para servir. A exploração era o referencial para manter a produção agrícola. Segundo Gomes (2015):

No Brasil, desde as primeiras décadas da colonização, tais comunidades ficaram conhecidas primeiramente com denominação mocambos e depois quilombos. Eram termos da África Central, usados para designar acampamentos improvisados, utilizados para guerra ou mesmo apresamentos de escravizados. No século XVII, a palavra quilombo também era associada aos guerreiros Imbangalas (jangas) e seus rituais de iniciação (GOMES, 2015, p.10)

Há cerca de quinhentos anos, os primeiros africanos a chegarem na América foram pioneiros, adaptando-se à linguagem, moradia, alimentação, idiomas e cultura. Arrancados de seus reinos e seus territórios, em precárias condições marítimas – os denominados “navios negreiros” - atravessaram o Oceano Atlântico com negros escravizados para o Brasil. Entre eles vieram rainhas, reis, princesas, príncipes, ferreiros e sábios na cultura da extração de metais preciosos e na arte da criação de



gado, bem como guerreiros e conhecedores das atividades da produção agrícola. Esses africanos e seus descendentes ultrapassaram os limites da senzala e reinventaram suas formas de organização social e política para manter suas tradições culturais e resistir à força do trabalho.

Em um novo significado, *quilombo* pode ser compreendido como direitos territoriais conferidos aos povos que habitam esse lugar; o quilombo é o espaço de organização em prol desses direitos; de afirmação do grupo como sujeito de direitos; espaço de afirmação étnica afro descendente; espaço de afirmação da negritude. Portanto, não é visto apenas como lugar de refúgio e resistência pelos negros moradores desse espaço: quilombo é uma produção e reprodução de tudo o que é cultivado dentro dele. Hoje, o quilombo representa uma vivência contínua da história, o que nos faz refletir sobre nossa afirmação como povos que se identificam como descendentes de africanos, que mantêm saberes que expressam a aproximação dos sujeitos que se denominam *quilombolas*. A continuidade da organização desse espaço mostra que estamos nos afirmando enquanto povos que resistem e que lutam por seus territórios.

IDENTIDADE QUILOMBOLA

Entendemos que a busca pela *identidade* vai além do que já conquistamos e queremos que essa afirmação continue. Pensando nessa relação, entendemos que se faz necessário preservar nossas raízes, a fim de permanecermos culturalmente com os saberes a serem transmitidos aos quilombolas do território de São Cristóvão. E ao que se refere a essa *identidade*, podemos observar que se a comunidade tem dificuldades quanto a sua afirmação como parte desse vasto território, não é possível reconhecer que é preciso mudar o cenário de inferioridade atribuído aos negros, como se fossem mercadoria a ser usada por fazendeiros. É preciso que as relações que se concretizam entre os quilombolas reforcem sua luta por esse território, na valorização primeiramente da vida.

A *identidade* é construída pelo auto reconhecimento do indivíduo acerca de onde ele se situa como parte da cultura, tendo o sentimento de pertencimento em relação ao seu grupo e território. Os indivíduos nascem como uma folha de livro em branco e ao decorrer da vida, sua história vai sendo construída a partir das vivências e essas podem ser o ponto de partida para a identificação individual e/ou coletiva. Essa relação consiste



no fortalecimento do que o indivíduo representa. Assim, este constrói seu modo de vida como parte do espaço no qual está inserido.

A identidade, seria, portanto, algo que se move em direção a diferentes representações a que somos interpelados pelo sistema cultural a dimensão cultural da identidade pode ser entendida como um posicionamento coletivo, em que estão compreendidas as dimensões pessoais de cada sujeito no grupo. O posicionamento coletivo refere-se, então, à noção do “nós-mesmos” de acordo com contexto social, histórico e cultural, contendo afirmações e negações, como o que somos e o que não somos, de forma dinâmica ao longo do tempo. Por sua vez, a dimensão social da identidade pode ser compreendida como uma noção psíquica do “si mesmo”, de tal forma que se encontre nela as afirmações e negações sobre a identidade do sujeito, o que ser é e o que não se é. Podemos supor, também, que as observações de si cabiam e interagem com o contexto histórico-social onde o sujeito se insere ao longo do tempo (FURTADO, SUCUPIRA e ALVES 2014, p. 108).

A identidade corresponde aos elementos que permitem a localização do indivíduo no grupo, ou seja, consiste em segmentos que o próprio grupo constrói por meio de suas vivências, tais como: linguagem, vestimenta, cultura, culinária, agricultura entre outros. A constituição da identidade se dá pelo compartilhamento que o grupo faz dos significados e objetos simbólicos. Esses elementos permitem que o indivíduo se caracterize e conheça-se a partir do que sente como parte de si. De acordo com Oliveira:

[...] O grupo étnico, na definição de Barth (idem), diz respeito a uma forma de organização social das diferenças culturais. Deste modo, não se trata da organização social em si, mas da organização das diferenças entre culturas. Em Barth, a cultura não é um somatório de traços culturais, mas é um conceito pensado a partir dos significados que se constroem nos fluxos, movimentos, tensões, contradições e nas relações sociais de trocas. Por isso, as diferenças culturais de significação fundamental para a etnicidade são aquelas que as próprias pessoas envolvidas na formação dos grupos étnicos utilizam para marcar a distinção ou a fronteira. Essas diferenças resultam da autodefinição e da definição dos “outros” pelos membros de um grupo para propósitos de interação. Assim, a identidade étnica é entendida a partir das relações sociais, onde os membros de um grupo étnico se identificam e são identificados como tal. Os elementos da cultura (costumes, rituais e valores comuns), embora sofram variações no tempo e no espaço, são empregados pelos membros de um grupo étnico para delimitar a forma de organização social (OLIVEIRA, 2005, p. 17)

A construção da identidade quilombola sempre caminhou em contraste com o sistema hegemônico. No caso dos africanos escravizados e forçosamente trazidos como mercadoria para o mundo colonial, a identidade negra foi sendo tecida como instrumento de afirmação das próprias origens, de sua ancestralidade e de seus saberes. Quando se rebelavam, fugiam e constituíam os quilombos, organizavam-se enquanto povos que lutavam e lutam pela produção e reprodução dos saberes construídos a partir



das suas necessidades e para o coletivo que vivem essa realidade, identidade que passava a representar os sujeitos da resistência ante o sistema colonial escravista.

QUILOMBOS NO SAPÊ DO NORTE E A COMUNIDADE SÃO CRISTÓVÃO: PRÁTICAS DE USO COMUM DA TERRA E CONFLITOS COM AS CERCAS

O termo Sapê do Norte é uma denominação que inclui a maior parte dos territórios quilombolas da região norte do Espírito Santo, nos municípios de São Mateus e Conceição da Barra. Em suas pequenas parcelas de terra, as famílias se dedicam ao cultivo agrícola da produção de cultura anuais (milho, feijão, mandioca, hortaliças, entre outras) e perenes (café, pimenta do reino, café, cacau....). Segundo Ferreira:

O “Sapê do Norte” era o longínquo, ao longo dos vales dos rios Cricaré e Itaúna, região há muito habitada por agrupamentos negros e camponeses que assim se organizaram e se apropriaram da natureza desde os tempos da escravidão colonial até meados do século XX (FERREIRA, 2009, p. 4).

Nos quilombos do Sapê do Norte, os saberes tradicionais são um forte símbolo. Na produção agrícola, a farinha de mandioca é considerada como a principal fonte de alimentos no quilombo, produzida pelos africanos e depois pelos afrodescendentes. No quilombo São Cristóvão antigamente trabalhava com a produção de arroz, milho, café nacional, mandioca, feijão, amendoim - atividades que a família produzia em suas pequenas parcelas terra, para o próprio consumo familiar e que algumas dessas são mantidas em dias atuais, outras devido a mudança da condição climática não conseguimos cultivar mais como o caso do arroz. De acordo com Santos:

Traço marcante dessa luta pelos territórios quilombolas é a manutenção e a valorização de relações com a natureza, que aparecem, entre outras, em práticas etnobotânicas e agroecológicas (Gomes, A., 2009), que se particularizam e singularizam na articulação sistêmica da vida de quilombolas: plantas e plantios associam dimensões como religiosidade, ritos e manifestações culturais, alimentação, estética (do interior e/ou do exterior da casa, da rua ou da comunidade), medicina e mesmo atividades econômicas. Uma mesma planta pode cumprir várias dessas (e mesmo outras) “funções”, evidenciando a indissociabilidade delas para a vida nessas matrizes de relações sociais. (SANTOS, 2012, p.656).

São Cristóvão é uma comunidade remanescente de quilombo, localizada à margem do rio Cricaré, no município de São Mateus. Corresponde a um único território formado duas comunidades Serraria e São Cristóvão formado por laços de parentescos, tendo suas histórias entrelaçadas. Ambas comunidades trazem consigo o legado ancestral no



modo de cultivar a terra e tem efetiva relação simbólica com a natureza, que constitui a parceria do homem como meio ambiente, que terra é a base de sustentação das famílias do lugar e constitui relações na organização do quilombo, é significativa a afirmação da luta pelo território, pela permanência nele, valorizando a identidade e heranças de ensinamentos ancestrais.

Na organização tradicional das comunidades negras rurais do Sapê do Norte, o sentimento de *pertença ao lugar* era expandido a outros seres vivos e muitas vezes, considerado necessário à sua integração entre as áreas de roças de alimentos apropriadas individualmente pelos grupos familiares, os domínios de *uso comum* da terra e demais atributos da natureza eram vitais para a sobrevivência destes grupos familiares (FERREIRA, 2009,p.153).

Concebendo a terra como bem comum, seguem regras definidas no direito consuetudinário - ou costumeiro - historicamente fundador de sua territorialidade, envolvendo um complexo sistema de organização social, mantido através de gerações que vieram dos antepassados por um processo de aprendizagem e de conhecimentos dentro do grupo. Saberes tradicionais fortalecendo os aspectos de sua territorialidade e de suas raízes culturais: “os negros mantêm, na concepção e na prática, a terra comum, pois institucionalizaram um sistema de regras acatadas de forma consensual e que alimentam o seu modo de produção” (RAMOS, 1993, p. 124). Ali onde o que se planta se reparte entre os irmãos, em prevaleceu a prática do uso comum, tem a função natural para a utilização nas atividades agrícolas, que eram trabalhadas em áreas de brejos rodeadas de matas. Como afirma Campos:

Através de informações de moradores que usufruíram, em diferentes áreas de terra de uso comum (com aposento de gado, retirada de lenhas, madeiras, entre outros produtos, ou a práticas de pequenas roças de subsistência), juntamente com documentação histórica e jurídica obtida em órgãos públicos. o que se adquire naturalmente da natureza (CAMPOS, 2000, p.72).

O espaço de terras de uso comum da comunidade, que era a margem de brejos em que exerciam suas atividades, dentre elas a pastagem, envolvia um coletivo familiar que, juntamente, desenvolvia práticas e técnicas de plantios e colheitas de alimentos, repartindo em conjunto para sua sobrevivência no campo. Terras de uso comum usufruídas predominantemente por grupos de não proprietários particulares, ou seja, grupos que possuíam uma organização baseada no coletivismo, que trabalhava na terra, em modo de produção pelas atividades de mutirões.

Se por um lado há exemplos de uso comum basicamente “livres”, no sentido de que é aberto a mais de uma comunidade, ou situações diferenciadas no



caso de terra de uso comum, seguindo as regras específicas da comunidade, e ou situações diferenciadas, no caso de terra de uso comum dominadas por grupos de não proprietário (CAMPOS, 2000, p. 151).

A terra de uso comum obteve sobrevivência entre os grupos, constituindo um viver comunitário vivenciado pela comunidade e fortalecendo o ajuntamento de trabalhos e trocas de saberes entre parentescos, estabelecem regras e práticas ao uso coletivo da terra e assim organizam a vida familiar.

“No período dos nossos antepassados era tempo de fartura, a disponibilidade da terra nos fazia se juntar entre irmãos do nosso quilombo e se plantar as culturas com uma diversidade de alimento, as culturas para nosso sustento. Nada era comprado, enriquecendo nossas práticas agrícolas. O que se extraía da natureza era utilizado para produzir artesanatos (balaies, pilões), atividades realizadas por homens e mulheres, muitas delas para ajudar nas atividades agrícolas e domésticas. O uso comum da terra era bastante forte, pois nas áreas de brejos se criava o gado, porco e galinha soltos; e as famílias realizavam as pescarias e a caça nas matas, onde também se realizava a extração de madeiras para fazer canoas, com o objetivo de fazer a pesca nas enchentes dos rios, tudo o que colhiam era repartido entre as famílias da comunidade “ (Entrevista com Adilson Sobrinho dos Santos, 68 anos, realizada por Josilei dos Santos do Nascimento, em 24/10/2018).

Nos anos de 1970, houve um dos maiores impactos na região do sapê do norte a entrada dos monocultivos de eucalipto para a produção de celulose, provocou a destruição da floresta tropical, dizimando as vegetações e alimentação dos povos tradicionais que se sustentavam a partir do que a natureza lhes oferecia. A entrada do latifúndio nas áreas quilombolas rompeu vários modos de vida dos quilombolas dessa região ao que ferreira menciona que:

“Os anos de 1960 e 1970 configuram um outro momento recorrente na memória das comunidades negras rurais: foi quando se iniciou a implantação de extensos monocultivos de eucalipto – inicialmente destinados à produção de madeira e carvão, posteriormente à celulose e ao papel –, com forte incentivo do governo militar brasileiro. Este momento configura um marco fronteiriço entre os espaços-tempo da fartura e da escassez” (FERREIRA, 2011, p.02).

Essa movimentação da expansão do monocultivos dentro dos territórios quilombolas do Sapê do Norte, viabiliza o rompimento e a desconstrução do modo de vida existentes nesses espaços de vivências, quando deparamos com os estragos e as lacunas provocados por essa apropriação sobre as terras quilombolas, com impactos devastadores na vegetação, nos córregos, nos animais, rios, na cultura e agricultura familiar quilombola, rompimento da nossas bases ancestrais e as vivências do povo quilombola firma-se o apagamento dos saberes herdados.



PRÁTICAS DE AJUDA MÚTUA: COLETIVISMO E MUTIRÃO

“O mutirão na comunidade começou desde do fim da escravidão, onde os antigos trabalhadores escravizados que existiam na comunidade começaram a formar grupos para o trabalho de construção de cercas e *roçada de pastagem* - onde eles utilizavam a foice para roçar os matos mais altos e aí começavam a produzir, uns ajudando os outros” (Entrevista com Sebastião do Nascimento de 68 anos, realizada por Josilei dos Santos do Nascimento, em 12/10/2018).

Na época, o povo tinha o costume de rezar, e após a reza, sentavam em grupos para planejar a semana seguinte de trabalho, onde seria realizado e quais atividades iriam fazer. Neste planejamento, envolviam as mulheres também nos mutirões, e tiravam quatro mulheres para fazer as comidas e o café.

O trabalho inicia pela propriedade do senhor Sabino, com roçada de pasto, e finalizava na propriedade do senhor Boino. Na última propriedade em que determinava o trabalho do mutirão, aquela pessoa era responsável por sair procurando uma empreitada de roçada de cacau para o grupo ganhar um “troco”, e após ganhar o dinheiro, voltava novamente a rotina do mutirão (Entrevista com Antônio Nascimento, 76 anos, realizada por Josilei dos Santos do Nascimento, em 12/10/2018).

No quilombo o *mutirão* ou *ajuntamento* era feito por uma organização que meu avô, Mateus Nascimento, planejava em qual propriedade começaria o trabalho. Na época, o mutirão era composto por cerca de 20 pessoas.

O mutirão, que era composto por 20 pessoas na época, terminava o serviço num dia, e no outro dia seguinte, já ia para outra propriedade. O povo tinha animação, pois cantava ladainhas durante os trabalhos e ao final da última propriedade em que realizavam o trabalho, tinha confraternização com comidas, bailes, jongo, entre outros (Entrevista com Luzinete dos Santos do Nascimento, 65 anos, realizada por Josilei dos Santos do Nascimento, em 26/09/2019).

Na unidade produtiva, a organização do trabalho dos antepassados era feita de forma coletiva, a terra era de todos e os produtos cultivados eram repartidos entre as famílias. Na comunidade, antigamente as famílias cultivavam o arroz, o feijão, o milho, a mandioca, o café, dentre outros produtos, e atualmente cultivam a pimenta, o café, o feijão, a abóbora, o milho, o amendoim, a banana, a mandioca, dentre outros. O que reflete bastante, hoje, é o cultivo da mandioca, que é bastante forte na comunidade devido ao seu valor histórico de sustentação do quilombo.

A participação coletiva é uma forma de racionalizar suas forças produtivas e maximizar os resultados e os limites impostos pela natureza a uma economia agro-extrativista, e apesar do uso de diferentes técnicas aplicáveis



de forma especial nas várias atividades desenvolvidas pelo grupo, a base de seu modo de produção reside na organização do trabalho (RAMOS, 1971, p.126).



Fonte 2: Colheita de mandioca da variedade Unha com três anos, com suas raízes fixadas no solo. Fonte: Josilei dos Santos do Nascimento, 13/04/2019.

A força de trabalho atualmente mobilizada são fontes de subsistência do grupo, potencializando o retorno do que foi construído por nossos ancestrais; ou seja, na união em grupo, o trabalho gasta menor tempo e essa relação proporciona a troca de experiências. As famílias conseguem o sustento baseado nos saberes e práticas na terra. A organização de um grupo de trabalho se define em planejamento, onde as famílias repartem tarefas para cada atividade. “A roça tem função de atender as necessidades familiares e produzir um excedente capaz de alimentar as relações de sociabilidade com outros, padronizando os costumes para estreitar as relações de convivência” (RAMOS, 1993, p.127). Na comunidade, as áreas de propriedade do nosso povo, que realizava os *mutirões* ou *ajuntamentos* consistia troca de conhecimento e realizando os ensinamentos de saberes entre os irmãos no trabalho. Atualmente esse modo de comunicação herdado é passado para as novas gerações no sentido de dar continuidade ao que foi construído pelo nosso povo no quilombo.

SABERES E TÉCNICAS DE CULTIVO



Na comunidade Quilombola de São Cristóvão, se trabalha com muitas culturas em suas propriedades agrícolas, visando o consumo das famílias e sua sobrevivência, e até mesmo para ajudar nas condições financeiras. No contexto vivido pelos moradores, o quintal parece nas áreas agrícolas como espaço onde é realizada grande parte da produção de alimentos de hortaliças como: alface, couve, repolho, alho, cebola, salsa, quiabo, abóbora, feijão tomate, coentro, chuchu, maxixe, inhame, beterraba, taioba, entre outros. As frutíferas que são cultivadas na comunidade são: abacate, acerola, laranja, jabuticaba, limão, seriguela, jambo, azedinha, ingá, amora, manga, pitanga, goiaba, araçá, tucum, coco, jaca. E também há criação de galinhas, de porco e peixe. Essa comunidade organizada em grupos construiu laços familiares entre si e produziu seu modo de viver em harmonia entre seus membros e com a natureza, vista pelos nossos mais velhos com muito respeito, pois é da terra que saía a maior parte do sustento de todos.

Antigamente, seguia a atuação apenas da natureza, por isso se faziam as plantações perto do período chuvoso, e sua habilidade de observar as fases da lua. Essa técnica de observar as fases da lua é considerada em diferentes níveis de influência da lua sobre a planta, devido à seiva estar presente em maior quantidade no caule, nos ramos ou nas folhas das plantas. Cada uma das fases da lua tem diferentes níveis de influência para determinados conjuntos de plantas. A lua está dividida em quatro fases - minguante, nova cheia, crescente e cada uma delas tem sete dias de durabilidade.

Se plantar na minguante, que se chama de *lua escura*, onde a seiva se concentra na raiz, a planta se desenvolve abaixo do solo. Aí nesta lua nós fazemos o plantio de cebola, batatas, bambu, madeiras para casa, (Entrevista com Sebastião do Nascimento, 67 anos, realizada por Josilei dos Santos do Nascimento, em 07/10/2018).

No caso do plantio de feijão, é feito da lua minguante para a nova (escuro), para não dar feijão brocado. Nesta fase da lua, as sementes crescem da terra para fora, no sentido de que a planta, ao germinar, força o seu enraizamento.

Dentre eles, destaca-se a observação das *fases da lua* para a escolha dos tipos de cultivo propícios e do melhor momento para algumas atividades. Os alimentos que produzem embaixo da terra, como raízes e tubérculos, devem ser plantados “*no claro*”, ou seja, da lua nova à lua cheia; os alimentos que produzem em cima da terra devem ser plantados “*no escuro*”, quando a lua está a caminho da minguante até a nova, (FERREIRA, 2009, p.169).



Figura 3 e 4 Resultados de um dos plantios de feijão realizado pelo coletivo familiar e parentes da comunidade. Fonte: Josilei dos Santos do Nascimento, 10/09/2019.

O sombreamento da mata favorece a lavoura com o clima mais fresco, viabiliza a redução da infiltração de luz solar sobre a planta. Antigamente, os plantios eram feitos dentro da mata para se evitar o ataque de invasores, porque possuíam seus *habitats* naturais. Como exemplo, podemos citar a formiga, que cortava alguns pés de árvores para se alimentar e não atacavam as plantações, se tivesse a planta que atraía as formigas. Havia muitas tradições de cultivo, tais como a *capina* e a *roçada técnicas* utilizadas para de fazer a cobertura do solo, pois naquela época não se utilizava os produtos químicos.

Naquela época, a terra do quilombo onde faziam suas plantações era bastante úmida e fértil, com bastante matéria orgânica, onde realizavam somente a roçada para se fazer a cobertura do solo, que servia de adubação par as plantações, e o solo ficava mais solto. A *cobertura do solo* era de muita importância, pois era uma forma orgânica de adubar as roças dos agricultores. Ele percebe que a utilização dessa técnica promovia uma formação vegetal, impedindo os impactos diretos de erosão no solo, principalmente em terrenos em maior declividade. Em algumas propriedades situadas em terrenos de morros, se plantava entre *curvas de nível*, e entre as fileiras do café, se deixava um alto volume de cobertura após as roçadas, para diminuir os processos erosivos ocasionados pelos volumes de chuvas. Essa técnica aumenta o teor de matéria orgânica e faz com que a cobertura segura e facilite a penetração de água no solo, que fica mais umedecido (Entrevista com Sebastião do Nascimento, 67 anos, realizada por Josilei dos Santos do Nascimento, em 27/07/2018).

A produção agrícola nas pequenas propriedades da comunidade apresenta-se mais ocupada pela produção de mandioca, café, pimenta do reino, cacau, entre outras. O trabalho que as famílias realizam em cima de suas próprias terras, conquistados pelos



avós nos períodos antepassados, efetuando maior cuidado em suas produções. Em cada parte da área, os filhos têm sua área plantada. A comunidade tem seus laços de produção seguindo ainda um pouco da produção que cultivavam nos anos antepassados, mas devido a algumas variedades de plantas fortemente apresentadas pelo mercado, hoje eles optaram também em trabalhar com essas culturas para ajudar em sua renda financeira. A produção agrícola ajuda em sua sobrevivência e no caso da comunidade, eles cultivam a mandioca para transformar em farinha que serve para sua alimentação. O feijão, milho, batata, frutas e algumas hortaliças como quiabo, cebola, abóbora e alface visam suprir as necessidades alimentares das famílias da comunidade. Essa produção é cultivada em pequenas tiras de terras das famílias e a vantagem é que esses produtos obtêm qualidade, sem utilização de agroquímicos, proporcionando assim um alimento mais saudável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo das práticas em coletivismo, que se articulam fortemente com elos da ancestralidade dos griôs da comunidade, ensinamentos que hoje foram em parte se perdendo. Mas ainda há resistência e incentivos para que as pessoas continuem colocando em prática esses saberes de como trabalhar com a terra, passando os mecanismos de aprendizagem para os jovens e crianças. A terra é a base de sustentação da vida e é a partir dela que retiramos o sustento, ao mesmo tempo que contribuímos para a permanência do modo de trabalhar nela. Os quilombos vêm sofrendo mudanças e transformações na permanência dos conhecimentos ancestrais, isso implica nas relações sociais, ambientais, culturais, agrícolas um distanciamento. Através desse e outros trabalhos desempenhados dentro dos nossos territórios chegamos a conclusão o quanto é importante a aprendizagem vinda de casa para manter enraizados os saberes.

portanto é possível através da educação e do aprendizado significativo dentro do território quilombola manter a continuidade desses saberes em nossas bases. Dessa maneira dizemos aqui nesse trabalho que as intervenções realizadas por nós quilombolas nas unidades produtivas decorrentes dos ensinamentos das práticas ancestrais, garante e assegura o modo de trabalhar a terra. Lutamos por nossas áreas demarcadas, para que os nossos filhos possam garantir a permanência dos conhecimentos do nosso povo, sejam eles na terra, na educação, agricultura, cultura.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

CAMPOS, NAZARENO, JOSÉ. **Terra de uso comum no Brasil**, São Paulo, Fevereiro, 2000.

FERREIRA, Simone Raquel Batista. **“Donos do lugar”**: a territorialidade quilombola do Sapê do Norte- ES. Tese (Doutorado) em Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal Fluminense. Niterói-RJ, 2009.

_____. **Quilombolas no Sapê do Norte-ES: a territorialidade revivida pela memória.** (artigo), 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/snpgcs/article/view/1479>. Acesso em 09/06/2022.

FÖEGER, Tarcisio José; AGUIAR, Alba Soares de; TOSTA Alessandra; BULHÕES, Dalívia; CARVALHO, Jerônimo Amaral de. **Relatório Técnico de identificação e delimitação da Comunidade Remanescente de Quilombo de Serraria e São Cristóvão, município de São Mateus/ES**. Projeto Territórios Quilombolas - Convênio INCRA-UFES. Vitória, 2006.

FURTADO, Marcella; SUCUPIRA, Regina Lúcia; ALVES, Cândida Beatriz. **Cultura, identidade e subjetividade quilombola: uma leitura a partir da psicologia cultural** (artigo), 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309330671012>. Acesso em 24/04/2019.

GOMES, Flavio. **Quilombos e mocambos**. São Paulo: companhia das letras, 2016.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de (org.) **Direitos Quilombolas e o Dever do Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988**. Rio de Janeiro: ABA, 2016.

RAMOS, Arthur **O Negro na civilização brasileira**, Rio de Janeiro. Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1971. 252 p.

SANTOS, Renato E. Quilombos. In: CALDART; ALENTEJANO; FRIGOTTO (orgs). **Dicionário Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p.652-658.

FONTES ORAIS DO QUILOMBO SÃO CRISTÓVÃO:

Luzinete dos Santos do Nascimento, 67 anos



Sebastião do Nascimento 70 anos

Antônio Nascimento 84 anos

Adilson Sobrinho dos Santos 66 anos